As Regiões Ultraperiféricas e a presença da União Europeia no Mundo

The Outermost Regions and the European Union's presence in the World

Henrique Fonseca, Msc

Universidade dos Açores

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6557-8629>

Resumo

As Regiões Ultraperiféricas (RUPs) da União Europeia têm uma relevância geoestratégica que passa frequentemente despercebida, relevância essa que poderá ser aumentada significativamente caso a UE, as suas instituições e os seus Estados-membros escolham fortalecer as políticas europeias na área da Defesa e da presença da UE no Mundo. Neste artigo, procuramos demonstrar que o combate às ameaças securitárias tradicionais é apenas uma das problemáticas nas quais as RUPs podem ser uma mais-valia para a UE e para a NATO. A ascensão e o surgimento de outros tipos de constrangimentos à segurança global trazem com elas a necessidade das grandes potências se adaptarem. Ao assumir a responsabilidade de contribuir para e de levar a cabo missões próprias de manutenção de paz e de apoio em países e zonas do Mundo afetadas por estes novos perigos, a UE tem a necessidade de possuir pontos estratégicos no globo a partir dos quais pode lançar, monitorizar e prestar apoio logístico a tais empreendimentos.

Palavras-chave: Segurança, geoestratégia, diplomacia, Europa, NATO

Abstract

The Outermost Regions of the European Union have a geostrategic importance that often goes unnoticed. That importance can be significantly increased if the EU, its institutions and its Member-states choose to strengthen the EU's Defense policies and its presence in the world. In this article, we aimed at to demonstrate that traditional security threats is only one of the aspects in which the Outermost Regions can be of great significance to the EU and NATO. The rise of other types of menaces to global security bring with them the necessity of great powers to adapt. By assuming the responsibility of contributing to or conducting its own peacekeeping operations, the EU has the need to control strategic points over the globe from which it can launch, monitor and support those missions.

Keywords: Security, geostrategy, diplomacy, Europe, OTAN

Não é possível ignorar a grande importância que a localização das RUPs tem para o mapa geopolítico do século XXI. Este assunto ganha especial relevância se tivermos em consideração dois pontos: o primeiro tem a ver com o crescimento acelerado do número de ameaças à escala global, principalmente aquelas que não se inserem nas categorias tradicionais de “ameaça”. Situações como desastres naturais causados por alterações climáticas ou migrações em massa são apenas dois exemplos. O segundo ponto está relacionado com o estabelecimento da Cooperação Estruturada Permanente – PESCO – que visa aumentar e melhorar a cooperação ao nível da Defesa entre os Estados-membros da UE.¹ Contudo, ao contrário do que possa parecer à primeira vista, esta cooperação não será no sentido de integrar as Forças Armadas dos Estados-membros sob um comando europeu único, mas sim para partilhar informação sobre pesquisa e desenvolvimento no âmbito da tecnologia militar e para tornar a União Europeia mais eficiente em termos do desenvolvimento de capacidades e da preparação operacional na área da Defesa. Aquele que vemos como o objetivo mais importante da PESCO é a intenção de reforçar a capacidade da UE para “atuar sozinha quando necessário, e em conjunto com os seus parceiros, quando possível”.²

Como em vários outros âmbitos, as potencialidades das RUPs para a área da Defesa, quer em termos de ameaças tradicionais, como daquelas que apenas começaram a causar preocupação durante as últimas décadas, têm sido largamente deixadas de fora das grandes estratégias para a Política Externa Europeia. Com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, em 2009, a UE fortaleceu o papel da sua Política Externa e de Segurança Comum (PESC), um instrumento destinado a permitir que a União tenha uma voz única e coesa no campo internacional. São objetivos da PESC: preservar a paz e fortalecer a segurança internacional; promover a cooperação internacional; desenvolver e consolidar a Democracia, o Estado de Direito e o respeito pelos Direitos Humanos e pelas liberdades fundamentais.³

Mesmo que a maior parte dos assuntos de Política Externa seja ainda uma competência dos Estados-membros, é importante referir que a UE já possui responsabilidades bastante significativas nesta área, e algumas decisões europeias têm ou tiveram grande importância. Possivelmente, a implementação de uma decisão tomada no contexto da PESC que mais mediatismo teve (até 2022) é a sua política de sanções a países

¹ Serviço Europeu de Ação Externa, “Permanent Structured Cooperation (PESCO) – Factsheet”. Disponível em: [https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage_en/34226/Permanent%20Structured%20Cooperation%20\(PESCO\)%20-%20Factsheet](https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage_en/34226/Permanent%20Structured%20Cooperation%20(PESCO)%20-%20Factsheet) (consultado a 26/03/2022).

² *Idem*.

³ União Europeia, *Foreign and Security Policy*. Disponível em: https://europa.eu/european-union/topics/foreign-security-policy_en (consultado a 10/03/2022).

terceiros, com especial destaque para aquelas que têm vindo a ser impostas à Federação Russa após a anexação da península da Crimeia.

É crucial entender a importância que a PESC tem no modo como os Estados-membros da UE dialogam com países que não pertencem à União. Em várias áreas, os Estados-membros têm de trabalhar em conjunto a nível internacional, e isto é importante para a nossa pesquisa por uma razão muito simples: as áreas de Política Externa em que as RUPs podem ser úteis correspondem quase de forma exata aos objetivos principais da PESC e, até certo ponto, Espanha, França e Portugal já tiram partido delas dessa forma. Contudo, a PESC permite que todos os 27 Estados-membros tenham uma palavra a dizer sobre estes assuntos, o que aumenta significativamente o poder de negociação, as ambições políticas e o prestígio, tornando, assim, mais elevada a probabilidade de alcançar um desfecho mais favorável para os Estados-membros e para a UE.

Um cenário em que Portugal e Espanha tentem, por si próprios ou em conjunto, negociar um acordo com os países vizinhos das suas RUPs é significativamente diferente de um em que a UE inteira está envolvida. Uma vez que as fronteiras das RUPs são também as fronteiras da UE, é importante que esse fator seja tido em conta ao nível das instituições da União.⁴ É certo que, devido à sua condição insular e/ ou à distância do continente europeu, as fronteiras das RUPs podem ser vistas como áreas menos vulneráveis ou sensíveis para a Europa do que, por exemplo, o sul de Itália e as ilhas gregas. No entanto, o caso das ilhas Canárias e o facto de serem uma das vias através das quais muitos migrantes tentam entrar no espaço europeu é a prova de que a segurança das fronteiras das RUPs não deve ser encarada como um dado adquirido.

Quando falamos em questões securitárias, é importante ter em mente que a UE não possui uma força militar unificada; por outras palavras, o “Exército Europeu” ainda não é uma realidade e não há nenhum indício que aponte para a sua concretização no futuro próximo. Todavia, já foi alcançado um compromisso entre os Estados-membros e a União, e existe um “meio-termo” entre a soberania total e as responsabilidades partilhadas ao nível das políticas de Defesa e Segurança: a Política de Defesa e Segurança Comum (PDSC). Esta é uma das vertentes mais importantes da PESC, uma vez que permite aos Estados-membros cooperarem de uma forma mais eficaz nas áreas em questão. Mais especificamente, e de acordo com o artigo 42º(1) do Tratado da União Europeia, a PDSC deverá ser uma parte integral da Política Externa e de Segurança Comum, e deverá providenciar à UE o uso de capacidades civis e militares para cumprir os seus objetivos. Estas poderão ser utilizados em missões fora das fronteiras da UE com o propósito de manter a paz, prevenir

⁴ Faria e Castro, p. 217.

conflitos e fortalecer a paz internacional, de acordo com os princípios estabelecidos pela Carta das Nações Unidas. Mais, é definido que estas operações deverão ser levadas a cabo com recursos e efetivos civis e militares aprovacionados pelos Estados-membros, o que mostra de forma clara que a União não possui recursos militares próprios. Mesmo assim, quando estas missões estão nos teatros de operações, os efetivos que nela participam fazem-no sob a bandeira da UE.⁵ Naturalmente, e tal como o Tratado afirma de forma muito clara, estas missões necessitam sempre de ter um propósito humanitário e/ou de manutenção da paz, sendo possível compará-las às missões de *peacekeeping* da ONU e aos famosos “Capacetes Azuis”.

A UE já destacou várias missões deste tipo até à data, e no documento *Global Strategy* há uma secção sobre qual deve ser a abordagem da UE aos conflitos e crises, especialmente aqueles que têm lugar nas regiões próximas, como o Médio Oriente, o Norte de África, os Balcãs, entre outros. Na parte do documento em questão, declara-se que a “*violência e o sofrimento humano*” que, por vezes, têm lugar naquelas zonas podem ser uma ameaça aos “*interesses vitais comuns*” da UE. Assim, a União compromete-se a envolver-se em esforços de construção da paz “*nas regiões que a rodeia a Leste e no Sul*” mantendo sempre a hipótese de o fazer noutras locais mais afastados após uma análise profunda. Mais, também declara que, de forma a poder fazê-lo de forma mais eficaz, a UE deverá “*fazer, de forma mais sistemática, parcerias com organizações regionais e internacionais*”.⁶ Por um lado, é claro que, quando a *Global Strategy* foi publicada, as maiores preocupações da UE em termos de segurança tinham a ver com a sua vizinhança imediata, e é por esse motivo que é dada tanta ênfase às regiões a Leste e a Sul. Contudo, por outro lado, a UE não descartou a possibilidade de, quando considerar necessário, intervir noutras zonas do Mundo, algo que já foi de facto feito por diversas vezes.

Tendo tudo isto em conta, é nossa opinião que as RUPs são os sítios perfeitos a partir de onde a UE pode, de forma mais eficaz, monitorizar, e até mesmo conduzir, as suas missões no estrangeiro. De um ponto de vista logístico, na condição de que existam as infraestruturas apropriadas, estas regiões podem ser a localização ideal para a UE basear algumas das forças.

Ao longo dos anos, a UE tem mantido várias missões militares destacadas, por exemplo, a EUTM, no Mali, e a EUTM RCA, na República Centro Africana. Além disto, a UE também tem destacadas várias missões civis, que têm como objetivo dar assistência aos países onde estão baseadas em tarefas como o treino de funcionários públicos e outras semelhantes. O propósito fundamental destas missões civis é o de ajudar esses países a melhorarem o seu nível de segurança. Todas estas missões operam

⁵ União Europeia, *Versão Consolidada do Tratado da União Europeia*, Artigo 42(1).

⁶ Serviço de Ação Externa, *op. cit.*, p. 28.

como parte da Política Europeia de Segurança e Defesa,⁷ e são a prova de que, quando necessário, a UE não só está disposta, como é perfeitamente capaz de atuar em zonas longe do continente europeu.

Ao olhar para um mapa onde as missões da UE no estrangeiro, passadas e presentes, estejam identificadas, é fácil observar que a maior parte delas tem lugar em África, e é um facto aceite que a estabilidade naquele continente é de extrema importância para a segurança na Europa.⁸ Um dos maiores dilemas da UE durante a última década tem sido o constante fluxo migratório a partir do Norte de África e, infelizmente, o mesmo não parece ter fim à vista. Devido a isto, são implementados enormes esforços, tanto pela UE como pelos seus Estados-membros, visando conseguir controlar a entrada dos migrantes ilegais nas fronteiras externas da União e, conseqüentemente, no Espaço Schengen. Contudo, há académicos, responsáveis políticos e membros da sociedade civil que acreditam que esta não é a forma mais eficaz de lidar com o problema dos fluxos migratórios, uma vez que não tenta procurar e erradicar a raiz desse fenómeno. Algumas das causas são a instabilidade dos governos, guerras civis ou entre países e problemas económicos, assim como um grande número de outras causas que podem ou não estar relacionadas com a ação humana, tais como secas extremas, más colheitas, catástrofes naturais, entre outras. É muito provável que tanto a UE como os seus Estados-membros continuem progressivamente a investir mais dos seus recursos diplomáticos, civis e militares na tentativa de prevenção e resolução de todo o tipo de crises em África e em outras zonas da vizinhança europeia. Assim, com o gradual aumento da importância do continente africano para a UE, a relevância das RUPs que se encontram junto ao mesmo vai também ter uma amplificação, uma vez que estas se apresentam como plataformas perfeitas a partir de onde a UE pode usar os tipos de recursos já mencionados. Contudo, apesar de ainda não existir uma estratégia comum clara e objetiva para tirar partido das RUPs desta forma, alguns dos Estados-membros têm estratégias próprias. Em junho de 2016, os Ministérios franceses do Interior e do *Outre-Mer* apresentaram, pela primeira vez, em conjunto, um Plano de Segurança para o Ultramar (*Plan de Sécurité Outre-mer*), plano esse que tem como base o aumento e melhoramento das capacidades humanas e materiais das forças francesas responsáveis por manter segurança nos territórios ultramarinos daquele país. Apesar do seu foco ser maioritariamente em questões internas, tais como o reforço e a modernização das forças policiais nos territórios ultramarinos franceses, o *Plan de Sécurité* inclui uma vertente virada para as áreas do Mundo onde aquelas regiões estão localizadas. Por exemplo, um dos

⁷ *Idem.*

⁸ European Political Strategy Centre, *The EU and Africa: Valletta and Beyond*, 11 de Novembro de 2015, p. 5.

objetivos do Governo francês é reforçar o combate a vários tipos de tráfico, principalmente o de armas e de estupefacientes. Para tal, a França prevê não só aumentar o número de efetivos da Polícia e da *Gendarmerie* nos seus territórios ultramarinos, mas também desenvolver operações conjuntas com as forças de segurança dos países vizinhos. De acordo com declarações dos Ministros franceses responsáveis por este plano, a cooperação regional no âmbito da segurança também se deverá alargar ao controlo das fronteiras e à imigração ilegal.

O *Plan de Sécurité Outre-mer* dá à França a possibilidade de aumentar a importância que já tem enquanto Estado-membro da União Europeia com maior capacidade de projeção de poder para outras zonas do globo. Ao estreitar parcerias com os países vizinhos dos seus territórios ultramarinos, a França está a construir uma importante rede regional que pode, em nosso entendimento, ser importante por vários motivos. Em primeiro lugar, cooperar com as autoridades policiais dos países vizinhos das RUPs francesas pode ajudar as forças de segurança dos dois lados a melhor solucionarem problemas na sua origem. Adicionalmente, esta partilha de responsabilidades entre a França e os seus vizinhos permite que os recursos humanos e materiais dos países desta parceria sejam distribuídos por outras áreas, visto que deixa de haver uma necessidade tão grande de duplicar meios na mesma zona de fronteira.

A atitude proativa da França demonstra aquilo que vários autores defendem; isto é, que a França, o único país da UE que consegue manter uma presença militar em regiões longe da sua metrópole e do continente europeu.⁹ A presença da França e, por consequência, da UE, no Oceano Índico pode vir a ser muito importante nos próximos anos, uma vez que aquela região pertence a um grupo de “espaços-médio”, áreas descritas como sendo as principais avenidas de comunicação entre a Ásia-Pacífico e a vizinhança europeia. Com a ascensão das potências asiáticas, o Oceano Índico vai ser umas das regiões onde o Ocidente e o Oriente vão acabar por competir pela hegemonia política, económica e militar.

Um dos fenómenos que mais preocupação causa à França é a pirataria no Oceano Índico, um problema que a UE tem ajudado a combater ao longo dos últimos anos. As RUPs francesas naquele oceano dão à UE a capacidade de utilizar a sua localização única e privilegiada para lançar operações anti-pirataria e de vigilância marítima. Adicionalmente, caso a UE decida ter uma intervenção mais assertiva nos assuntos globais, poder tirar partido das RUPs no Índico. São estes os principais fatores a ser tidos em conta para avaliar o valor da localização das RUPs francesas do Índico: as regiões banhadas pelas águas daquele oceano são algumas das partes do Mundo onde se assiste a um aumento de população mais acelerado; a costa oriental do continente africano é um acesso privilegiado aos recursos naturais do interior de

⁹ Simón, p. 970-971.

África, facto que a República Popular da China já explora; grande parte das exportações de petróleo com origem no Golfo Pérsico têm que ser transportadas pelo Índico; e, finalmente, aquele oceano e as zonas vizinhas já começam a ser alvo de uma luta de poder entre as potências asiáticas em ascensão, especialmente a Índia e a China.¹⁰

Voltando agora a nossa atenção para África e, mais precisamente, para a costa noroeste daquele continente, não nos podemos esquecer das Ilhas Canárias. Estas ilhas, em conjunto com os Açores, Gibraltar e as Ilhas Baleares, formam um eixo que é considerado pelos Estados Unidos da América como sendo “*essencial para a vigilância do Atlântico do Norte e do Sul e para a entrada no mar Mediterrâneo*”.¹¹ De facto, as Canárias estão situadas num lugar que tem sido crucial para as comunicações marítimas de e para a Europa ao longo dos séculos. Por exemplo, todas as rotas marítimas com destino final na Europa oriundas do Extremo Oriente têm que passar por um de dois sítios: o mar Mediterrâneo (via canal do Suez e Estreito de Gibraltar) ou, alternativamente, enveredar pelo caminho mais longo, percorrendo toda a costa do continente africano e passando pelas águas das Ilhas Canárias no fim da viagem, mesmo à beira de chegar à Europa.

Para além da questão económica, há também uma questão securitária. Atualmente, não se evidencia nenhuma ameaça (como a pirataria) à livre navegação naquela zona. No entanto, e tal como as ilhas francesas no Índico, as Canárias oferecem uma localização perfeita tanto à NATO como à UE a partir de onde podem ser lançadas missões de vigilância e de combate à pirataria, caso isso seja necessário. Mesmo assim, a Marinha Portuguesa já alertou para um aumento da pirataria no Golfo da Guiné. Considerando esta informação, é legítimo assumir que a UE, em conjunto com os seus Estados-membros, países e organizações aliadas, irá tomar medidas para evitar que aquilo que acontece no Corno de África aconteça no Golfo da Guiné e arredores. É também provável concluir que as duas RUPs mais próximas daquela zona do Mundo, as Ilhas Canárias e a Madeira, serão incluídas em qualquer estratégia europeia de combate à pirataria na costa ocidental de África. O Oceano Atlântico Norte é, provavelmente, a zona mais importante para a UE, por duas razões principais. A primeira é muito pragmática: o oceano Atlântico e as suas subdivisões (Mar do Norte, canal da Mancha, entre outros) é a principal rota de comunicação e de transporte marítimo de e para a Europa, e a estabilidade dos países localizados nas costas daquele oceano tem uma consequência direta óbvia nos interesses da UE e dos seus Estados-membros. A existência de estados-falhados na bacia do Atlântico poderia levar ao aparecimento de fenómenos como o da pirataria no Corno de África, ou, de um ponto de vista económico, iria simplesmente negar à UE acesso aos

¹⁰ Lőrincz, p. 18.

¹¹ Herrera e Bel, p. 592-593.

mercados e produtos dessas regiões e países. Apesar destes cenários serem improváveis, especialmente no Atlântico Norte, é sempre importante tê-los em consideração. Às ameaças trazidas pelo novo milénio, há que somar aquelas que sempre existiram. As relações da Europa e do Ocidente com a Rússia estão no seu ponto mais baixo em décadas, e, apesar de não se perspetivar um confronto direto entre as duas partes, há sempre que prevenir. Tal como sempre aconteceu ao longo da História, as ilhas são uma importante forma de garantir a capacidade de projeção de poder sobre uma determinada área. No caso do Atlântico Norte, os Açores ocupam a posição perfeita para tal.

A segunda grande razão para a importância do Atlântico Norte é tanto simbólica como estratégica. Por um lado, esta região representa o coração da parceria transatlântica entre os EUA e a UE, a qual, durante as últimas décadas, tem sido o bloco político, económico e militar mais importante a nível mundial. Por outro lado, a manutenção do Atlântico Norte firmemente na esfera de influência Euro-Americana é de suprema importância para o Ocidente, apesar de os norte-americanos serem os que desempenham o papel mais importante e de serem o país que mais investe em Defesa, não só entre os membros da Aliança, como no Mundo inteiro.¹² Acreditamos que, para ambos os lados, a capacidade de manter a segurança e estabilidade naquela área é, ao mesmo tempo, uma preocupação estratégica real e uma meta ideológica. Isto é, se um Estado ou uma união de Estados não conseguir manter a ordem na sua própria esfera de influência, isso fará com que os seus rivais vejam essa entidade como fraca e vulnerável, o que os encorajará a explorar esse estado de fraqueza. Tendo em conta que a UE tem procurado afirmar-se enquanto ator importante e menos dependente dos seus Estados-membros a nível internacional, encaramos como natural a possibilidade de vir a olhar para as RUPs como mais do que apenas regiões distantes com necessidade de algumas condições especiais.

A importância geoestratégica das ilhas do Atlântico Norte é tão antiga quanto o início da expansão europeia naquele oceano. Estas regiões, embora pequenas em tamanho, têm sido uma peça fundamental ao longo dos últimos cinco séculos para a estratégia das grandes potências que dominam ou desejam dominar aqueles mares. Foram várias as ocasiões durante o século XX em que a localização estratégica destas ilhas foi posta ainda mais em evidência, com um especial destaque para os Açores. Este arquipélago foi uma importante base para as tropas aliadas durante os dois conflitos mundiais. Em 1940, durante o seu famoso discurso em que chamou aos Estados Unidos o “arsenal da Democracia”, o presidente americano Franklin

¹² NATO, Public Diplomacy Division, Communique PR/CP(2017)045, *Defence Expenditure of NATO countries (2009-2016)*, 13 de Março de 2017, p. 3.

D. Roosevelt também se referiu aos Açores, comparando a sua importância para a defesa dos EUA no Atlântico à do Havai no Pacífico.

A importância dos Açores para a segurança americana no Atlântico é de tal ordem que vários autores acreditam que foi devido a essas ilhas que Portugal foi convidado para fazer parte do conjunto de membros-fundadores da NATO, apesar do regime não-democrático que detinha o poder naquele país aquando da assinatura do Tratado do Atlântico Norte. Durante a Guerra Fria, os Açores eram vistos pelos EUA como um local que podia ser usado para “*combater o expansionismo soviético na Europa e no Mundo e como uma plataforma capaz de ajudar aquele país a por um lado, manter a liberdade de navegação nos mares e, por outro lado, a providenciar apoio logístico para a projeção de poder dos EUA para a Europa, Médio Oriente, Norte de África e para o flanco Sul da NATO.*”¹³ O espaço entre os arquipélagos dos Açores e da Madeira e Portugal Continental forma aquilo a que Virgílio de Cavaleiros chamou “triângulo estratégico português”, uma área essencial para a segurança portuguesa.¹⁴ Tendo em conta que uma quantidade muitíssimo significativa do tráfego marítimo de e para a Europa passa por essa zona do Atlântico, torna-se fundamental para a UE, e não só para Portugal, fazer com que essas rotas marítimas não fiquem sujeitas a qualquer tipo de ameaça externa.

Por estarem localizadas na fronteira marítima sul e sudoeste da UE e da NATO, as três RUPs atlânticas, Açores, Madeira e Canárias, estão na linha da frente da luta contra estas ameaças à estabilidade. Adicionalmente, e tendo em conta que a UE começa a ter a sua própria guarda de fronteira e costeira, a FRONTEX deveria estar presente em pelo menos uma destas três regiões.¹⁵ As ilhas Canárias já são uma das principais rotas de entrada para muitos imigrantes ilegais oriundos de vários países da África Ocidental que procuram usar aquelas ilhas como entrada para a Europa continental. Tanto é assim que aquela RUP já se encontra referenciada pela FRONTEX enquanto tal, o que, em nosso entendimento, faz com que aquelas ilhas tenham uma localização estratégica para alojar serviços afetos à guarda fronteiriça europeia na zona da Macaronésia. Já em 2007, no âmbito do acordo de associação UE-Cabo Verde, a Comissão Europeia, através da COM (2007) 641, fazia referência a um conjunto de problemas securitários que teriam de merecer mais atenção por parte da UE e dos seus parceiros daí em diante. Entre os problemas a resolver na costa ocidental africana, segundo a UE, encontram-se atividades como o crime organizado internacional, o controlo das vagas migratórias ilegais e a segurança marítima.

¹³ Andrade, p. 47-48.

¹⁴ Escorrega, p. 217.

¹⁵ Escorrega, p. 221.

Finalmente, e considerando que enquanto esteve no poder, o presidente Trump pôs em causa os valores da NATO por mais do que uma vez, os membros europeus da NATO e a UE perceberam que não podem dar como garantido o compromisso dos EUA para com a defesa do continente Europeu, ou, pelo menos, de parte dele.¹⁶ Cercada a partir de todos os lados por atores que são, no mínimo, erráticos e, no máximo, expansionistas, e não podendo sempre contar a 100% com todos os seus aliados tradicionais, a UE deve refletir sobre qual a sua visão de futuro para a Defesa, e que ferramentas deve adotar para poder, pelo menos, criar um cordão de segurança ao longo das suas fronteiras exteriores. Sendo as RUPs atlânticas uma dessas fronteiras, acreditamos que a sua importância irá provavelmente aumentar durante os próximos anos. que estas poderão potencialmente passar a ser incluídas pela UE na sua PDSC.

A UE, através dos mecanismos que tem à sua disposição, tem conduzido diversas missões militares e civis no âmbito da PESC, principalmente no continente africano e nos mares e oceanos que o banham. A proximidade geográfica entre a África e a Europa determina que a estabilidade política, económica e social naquele continente seja algo que a UE e os seus Estados-membros têm todo o interesse em ajudar a alcançar e a manter. Se tal não se verificar, situações como aquela vivida com maior intensidade em 2015/2016, quando dezenas de milhares de migrantes tentaram atravessar o Mediterrâneo em direção à Europa, passando por países instáveis como a Líbia, serão ainda mais comuns no futuro próximo. Assim, e de acordo com os objetivos da Política Externa Europeia, acreditamos que haverá uma constante e crescente envolvimento da UE em várias zonas do continente africano, podendo estas ter a forma de missões civis, militares e/ou humanitárias.

O caso dos Açores é um exemplo perfeito de uma situação onde a UE ainda não tem qualquer papel relevante em termos de política de Defesa e Segurança, não obstante o facto de aquela organização ter sido e continuar a ser fundamental para o desenvolvimento daquelas ilhas. Tendo em conta que a UE se encontra trabalhar para se afirmar enquanto um ator global, os Açores poderiam servir como um bom ponto de partida para uma cooperação mais profunda na área da Defesa por um número de razões: 1 – a sua importância para a geopolítica do Atlântico Norte é um dado já comprovado; 2 – são parte de um Estado-membro da NATO e da UE; 3 – são uma região numa localização relativamente próxima do continente europeu, especialmente quando comparada com a maioria das outras RUPs; e 4 – a região já dispõe de boas infraestruturas de apoio.

Por último, acreditamos que uma presença europeia mais pujante nos Açores seria um fator de bloqueio eficaz para travar as intenções de qualquer potência rival,

¹⁶ TIME, “Can NATO survive a Donald Trump Presidency?”, disponível em: <http://time.com/4569578/donald-trump-nato-alliance-europe-afghanistan/> (consultado 20/03/2022).

assegurando que aquela região e o Atlântico Norte se mantêm seguramente na esfera da NATO, mantendo, assim, abertas as vias de comunicação entre os aliados dos dois lados daquele oceano. Sendo certo que, neste momento, não se perfila nenhuma grande mudança de paradigma nesta região, a verdade é que até os cenários menos favoráveis devem ser tidos em conta, e os ativos mais valiosos para um Estado ou união de Estados nunca devem ser desprezados. Por fim, mesmo que a UE decida não aprofundar a cooperação ao nível da Defesa e que não seja delineada nenhuma estratégia nesse âmbito onde as RUPs estejam incluídas, é de ressaltar a importância de evitar a todo o custo que potências rivais à UE e à NATO consigam estabelecer algum tipo de atividade nas RUPs que tenha o potencial para ser utilizada para pôr em questão a influência das duas organizações referidas.

Referências bibliográficas

Obras publicadas:

ANDRADE, Luís, Uma Perspectiva Açoriana da Política Externa dos Estados Unidos da América e o Atlântico Norte. Ponta Delgada: Letras Lavadas edições, janeiro de 2017.

AAVV., The EU and Africa: Valletta and Beyond, European Political Strategy Centre, 11 de novembro, 2015.

CASTRO, Pedro Faria e, “Governance, Insularity and EU External Dimension”, in: EUROLIMES, volume 16, 2013.

ESCORREGA, Luís, “Da Importância Geopolítica e Geoestratégica dos Açores no Actual Contexto Estratégico”, in: Revista Militar, N.º 2497/2498 – fevereiro/março de 2010.

HERRERA, Luz e BEL, Fernando, “Global Geopolitics and Local Geoeconomics in Northwest Africa: The Industrial Port of Granadilla (Canary Islands, Spain)”, in: Geopolitics, 14:589-603, 2009.

NATO, Public Diplomacy Division, Communique PR/CP(2017)045, Defence Expenditure of NATO countries (2009-2016), Bruxelas, 13 março, 2017.

LÓRINCZ, András, “The Importance of the Outermost Regions for Strengthening EU Foreign and Regional Relations” (Conference paper submitted to International Conference on The EU as a Global Actor–From the Inside Out: The Internal Development of the European Union and its Future Role in an Interdependent World) Berlim, julho de 2011.

SIMÓN, Luis, “Europe, the rise of Asia and the future of the transatlantic relationship”, in: International Affairs 91: 5, 2015.

Fontes digitais:

Serviço Europeu de Ação Externa, Permanent Structured Cooperation (PESCO) – Factsheet. Disponível em: [https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage_en/34226/Permanent%20Structured%20Cooperation%20\(PESCO\)%20-%20Factsheet](https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage_en/34226/Permanent%20Structured%20Cooperation%20(PESCO)%20-%20Factsheet) (consultado a 20/03/2022).

União Europeia, Foreign and Security Policy. Disponível em: https://europa.eu/european-union/topics/foreign-security-policy_en (consultado a 10/03/2022).

TIME, “Can NATO survive a Donald Trump Presidency?”, disponível em: <http://time.com/4569578/donald-trump-nato-alliance-europe-afghanistan/> (consultado 20/03/2022).